
COMUNIDADES TRADICIONAIS DO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES: DIFERENCIAÇÕES NA (RE)PRODUÇÃO DO LUGAR¹

TRADITIONAL COMMUNITIES OF LENÇÓIS MARANHENSES NATIONAL PARK:
DIFFERENTIATIONS IN THE (RE)PRODUCTION OF PLACE PLACE

LES COMMUNAUTÉS TRADITIONNELLES DU PARC NATIONAL DES LENÇÓIS
MARANHENSES: DIFFÉRENCIATIONS DANS LA (RE)PRODUCTION DE L'ENDROIT (LA PLACE)

Claudio Eduardo de Castro²

RESUMO: Aqui se apresentam os resultados dos estudos com as comunidades inseridas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), uma Unidade de Conservação de proteção integral, nas quais, se procurou compreender e perceber os modos de vida tradicionais e sua relação com o lugar vivido, identificando as atividades desenvolvidas no Parque para obtenção de renda e os produtos que são cultivados para a subsistência. Avaliando assim, os conflitos gerados por essas atividades, já que seus territórios se encontram dentro de uma área natural legalmente protegida. Compreendendo o modo de vida da população a partir da implantação do Parque, pode-se perceber que seu cotidiano comunitário sofreu alterações significativas, devido ao contexto de proibições de algumas atividades, também pela inserção, no universo do mercado, de novos consumos e o aumento da especulação imobiliária. Utilizaram-se dois métodos para auxiliar e obter essas informações: entrevista semiestruturada e observação participante, em doze comunidades e em três etapas. Em comum, essas comunidades têm o modo de apropriação da natureza, no qual as ferramentas remetem a um território de relação predominantemente rudimentar. O cerceamento à manutenção de seus tempos e modos de (re)produção do espaço-território, pela imposição da preservação legal da natureza - a partir da instituição do Parque - da qual fazem uso, o que tem gerado conflitos cujas consequência colocam em risco o lugar comunitário.

Palavras-chave: Lugar. Comunidade. Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Unidades de Conservação.

¹ Os resultados apresentados são resultado de pouco mais de dez anos de convívio com as comunidades inseridas nos limites do PNML, desde o desenvolvimento de tese de doutoramento e acompanhamento de orientações de Iniciação Científica, Pós-Graduações e Projeto de Pesquisa Universal financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA e outros trabalhos em parceria com o Parque.

² Prof. Dr. Universidade Estadual do Maranhão, Geografia Licenciatura e Bacharelado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço/Desenvolvimento Socioespacial e Regional-UEMA. E-mail: clanaros@yahoo.com.br.

Artigo recebido em abril de 2021 e aceito para publicação em julho de 2021.

ABSTRACT: This study shows the results of studies of communities that are inserted within the Lençóis Maranhenses National Park, the Conservation Unit of integral protect. We sought to comprehend and can tell the difference between the yours traditional life's modes and your relationship with the place where they live, identifying how the activities developed in the Park for obtaining income, realizing the products that are grown for a subsistence and soil preparation methods for its cultivation, and evaluating that conflicts arise from these activities, for one may their territories are set within a protected natural area. Understanding the way of life after the implementation of the park, you can realize that he has changed significantly community daily, due to the context of prohibitions of some activities also by the birth of a model of life based on money, into new consumption and increase the value of land. We used two methods to assist and obtain this information, the interviews and participant observation, used in twelve communities located in the area of PNLN, in three distinct visits. They have in common a mode of appropriation of nature, in which the tools refer to a territory of relationship predominantly rudimentary. The prohibitions imposed by the park, alter the maintenance of their times and ways of (re)production of space-territory, by the imposition of legal conservation of nature –from the establishment of the park - from which they make use has generated conflicts whose consequence put the community place at risk.

Keywords: Place. Community. National Park of Lencois Maranhenses. Protected Areas.

RÉSUMÉ: Dans ce travail ils viennent les résultats dès études accomplies dans les communautés insérées dans le Parc National des Lençóis Maranhenses (PNLM), une Unité de Conservation (U.C) (les Institutions de Protection de la Nature) de protection intégrale dans le qu'elle a essayé de comprendre et remarquer leurs manières de vie traditionnelles et sa relation avec l'endroit (la place) dans lequel ils vivent, identifiant les activités développées dans le Parc pour obtenir de revenu, identifiant les produits qu'ils sont cultivés pour la subsistance, et les manières de préparation du sol est fraîchement cultivé, aussi bien que l'évaluation des types de conflits produits par ces activités, puisque leurs territoires sont à l'intérieur d'une zone (un domaine) naturelle protégée. En comprenant le mode de vie de la population, commençant de l'implantation du Parc, on peut remarquer qu'il a perdu le caractère significativement la communauté quotidienne, en raison du contexte des interdictions de quelques activités, aussi bien que l'encart dans l'univers de la valeur monétaire, de nouvelles consommations et la croissance de la spéculation immobilière. Deux méthodes ont été utilisées pour aider et obtenir ces informations, ils sont ceux-ci: Entretien (Interview) semi-structuré et observation participant, dans douze communautés insérées dans la zone(le domaine) de PNLN, dans trois étapes(scènes) différentes. Ils possèdent une façon (un chemin) d'appropriation de la nature, dans laquelle les outils envoient elle/cela principalement un territoire de relation dans commun rudimentaire, avec l'utilisation brûlante pour l'agriculture, élevage pastoral, récolte Du bois naturelle et production de la noix de cajou dans plus grande échelle récemment, et métier de pêche, saisonnier. Chacun d'entre eux, selon sa distance pour la mer, il/elle fait l'utilisation plus grande ou plus petite de ces outils, mais l'interdiction au maintien (à la maintenance) de leurs temps et manières de production (inverse) du territoire spatial pour l'imposition de la conservation légale de la nature - commençant de l'institution du Parc - dont vous/ils faites l'utilisation il a produit des conflits dont la conséquence mettre la communauté en danger.

Mots-clés: Endroit (Place). Communauté. Parc National des Lençóis Maranhenses. les Institutions de Protection de la Nature.

INTRODUÇÃO

A biodiversidade, em nível global, tem passado por constantes modificações o que tem gerado perdas e dilapidações a ponto de, em certos casos, agravarem-se ao extremo. Logo, para haver uma preservação e um controle dessas ações, estabeleceram-se metas de conservação internacionais através da adesão dos países aos protocolos e, sobretudo, a um sistema de Áreas Protegidas-A.P., que no Brasil recebeu uma designação de Unidades de Conservação-U.C., que visam preservar-conservar uns fragmentos ou totalidades, a depender da escala, da natureza com características singulares. A adesão tornou-se efetiva a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, na qual firmou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB (MMA, 2020).

Tais áreas foram, primeiramente, concebidas no século XIX nos Estados Unidos, onde os preservacionistas norte-americanos propunham “ilhas de conservação ambiental” de grande beleza cênica, para apreciação e reverenciamento pelos moradores das cidades. Desse modo, as áreas naturais protegidas passaram a ser propriedades ou espaços públicos (DIEGUES, 2001).

Esse modelo de preservação foi concebido em condições específicas daquele país, em seguida, ‘exportado’ para o mundo, expandindo-se paralelamente à ocupação desordenada dos territórios, em meio à grande expansão capitalista. O ser humano, por sua vez, era considerado o destruidor da natureza, independentemente, das formações sociais em que estava inserido (DIEGUES, 1996).

A existência de um mundo natural intocado faz referência ao que Diegues (2001) chamou, no início deste século, de neomitos, esses foram transpostos dos Estados Unidos para os países em desenvolvimento como o Brasil. As áreas de natureza selvagem e intocada são identificadas, comumente, no litoral e em florestas tropicais úmidas, habitadas por populações tradicionais, produtores que se constituíram desde o período colonial e desenvolveram modos de vidas singulares, baseados na pesca, agricultura, em atividades predatórias voltadas apenas para a subsistência – o extrativismo. A existência de populações tradicionais em A.P.’s tornou-se evidência, em escala mundial, como um dos temas centrais relacionados às áreas naturais protegidas, bem como no Brasil.

Os motivos para tal projeção consistem em que esse modelo de parques nacionais, importados e segregadores dos moradores tradicionais, não têm funcionado bem, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil. No qual as populações locais não sentem vantagens na criação de áreas protegidas. Outra questão refere-se aos conflitos sociais gerados pelo modelo que coloca em xeque, a própria noção do tipo de relação entre a população humana e a natureza (DIEGUES, 1996; 1997; SIMONIAN, 2000; SILVA, 2006).

O objetivo básico dessas áreas legais é o de preservar a natureza, porém, a imposição desses neomitos, que se referem à natureza selvagem e de espaços públicos sobre os espaços comunitários, tem gerado um cenário antagônico, em que a parcela mais atingida é a da população tradicional e local, culminando na expulsão desses agentes de seus territórios ancestrais nos quais desenvolvem há séculos suas atividades, que são restringidas pela legislação referente às U.C.’s, estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC (MMA, 2004).

Por meio das palavras de Moran (1990), o pensamento técnico-nacional ainda hoje se vê parasitado pelo pensamento mítico-simbólico, pode-se fazer referência à concepção de Diegues (2001), que diz parecer “realizar-se a produção do mito do paraíso perdido,

lugar desejado e procurado pelo homem, depois de sua expulsão do paraíso”, na medida em que o objetivo da criação dessas áreas ou “ilhas” de preservação seria manter intactos os ecossistemas, livres da ação humana.

A Lei 9.985 (CNRBMA, 2002) em seu artigo 5º assegura “[...] a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação”, portanto, o estabelecimento de um Parque Nacional (PN) ou qualquer outra categoria que vise preservar-conservar a natureza, asseguram a participação, em especial no âmbito local, das populações diretamente afetadas, inclusive, exercer controle e fiscalização da degradação dessas áreas, ao mesmo tempo em que, afetam as antigas territorialidades cerceadas e outras novas erigidas.

A habitação dentro de um PN não deve ser configurada como um crime, porém, a condição imposta pela legislação é de que haja a remoção de qualquer morador. O reassentamento previsto deve garantir o mesmo modo de vida existente até a criação da A.P., conforme o artigo 35 do *Decreto nº 4.340 de agosto de 2002* “o processo indenizatório de que trata o art. 42 da lei 9.985, de 2000, respeitará os modos de vida e as fontes de subsistência das populações tradicionais”. Ele contempla apenas os moradores residentes no momento da criação da Unidade (art. 36 do *Decreto nº 4.340 de agosto de 2002*). No art. 39, assegura-se que “Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência dessas comunidades serão reguladas por termo de compromisso, negociado entre órgão gestor e as populações” (BRASIL, 2002).

Os conflitos originados com a criação de A.P.’s decorrem de as comunidades heterogêneas ficarem cerceadas em dar continuidade às suas territorialidades ou melhorarem sua qualidade de vida, afetada agora por um novo contexto. Outros conflitos advêm dos “outsiders” (ou forasteiros) que se instalam ou fazem uso com objetivo de explorar algumas atividades, na maioria dos casos, relacionada ao turismo, todavia, não apenas por essa perspectiva que se originam esses cenários de oposições, mas também da situação injusta de políticas voltadas para populações locais comunitárias. Cabe esclarecer as características das comunidades, que, conforme Comerford (2005, p. 112) têm um caráter solidário e relações de proximidade nas quais “sobressaem a importância de parentesco, vizinhança, cooperação no trabalho e coparticipação nas atividades lúdico-religiosas”

A presença das comunidades é tolerada, mas as restrições aos seus modos tradicionais são tão grandes que eles não têm outra saída, a não ser migrar “voluntariamente”, engrossando o número de desempregados nas áreas urbanas. Para as comunidades é incompreensível que suas atividades tradicionais, baseadas na agricultura, pesca, pecuária e extrativismo sejam consideradas prejudiciais à natureza, já que se permite a implantação de atividades turísticas nessas áreas, bem como implantações de hotéis. A esses indivíduos os lugares são centros atribuídos de valores e sentimentos, que podem ser desde a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria (TUAN, 1983).

O espaço geográfico sempre foi moldado pelas ações humanas, não sendo apenas palco de ocorrência delas, mas sim resultado, como discutido amplamente por essa Ciência (ISNAR, 1982; SANTOS, 1999; CORRÊA, 2006; BRAGA, 2007). Em uma ótica mais voltada para o simbolismo, Claval (1999) demonstra o espaço como resultado das manifestações culturais desenvolvidas, ao longo do tempo, por meio da comunicação, transformando o espaço em espaço simbólico. O Espaço Geográfico tem algumas categorias de análises e dentre elas é possível elencar o conceito de Lugar, que é uma porção do espaço dotado de atribuídos significados e sentimentos, e é assim que surge

a relação das comunidades tradicionais das U.C.'s, e em foco neste trabalho, do Parque Nacional do Lençóis Maranhenses - PNLM com o espaço ao qual habitam, onde atribuem conteúdos simbólicos, que segundo Santos (1999) são dotados também de significados, por sua vez, são de grande importância para sua história e existência.

Tal espaço revela uma representação diferente para cada um dos agentes nele existente, por exemplo, “sabemos que a sensação de espaço e lugar dos americanos é diferente das dos esquimós” (TUAN, 1983, p. 6). Por sua vez, há de se compreender que tais sociedades, tratadas como tradicionais, não se comportam como destruidores da natureza, na medida em que, dependem intrinsecamente da “[...] reprodução continuada dos recursos naturais renováveis [...]” (DIEGUES, 1996, p. 13). Devem ser compreendidas como “[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seus modos de vida [...]” para sua própria sobrevivência, tendo em vista, que o sistema em que vivem não remete a uma acumulação exacerbada de capital (DIEGUES, 1999, p. 22-23).

A alteração do ambiente se deu de forma profunda, principalmente em países desenvolvidos, que, depois de certo tempo, buscaram medidas que compensassem esses impactos decorrentes dos seus processos de industrialização. No Brasil, a devastação dos ecossistemas ocorre desde a época da ocupação do território, intensificada na fase do capitalismo industrial, sobretudo, após a 2ª Guerra, quando as alterações foram maiores e decorrentes da chegada de grandes indústrias ao país (CURADO, 2013). Logo, fez-se necessária a preservação e a conservação dos ecossistemas que culminaram com a criação das A.P.'s, hoje designadamente U.C.'s, conforme classificação proposta pelo SNUC, o qual, em seu capítulo I define essas áreas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime espacial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (MMA, 2004)

No entanto, as áreas destinadas à preservação e conservação da biodiversidade foram ocupadas, desde tempos remotos, sendo necessário levar em conta as manifestações culturais e materiais desses grupos e a representação dos espaços habitados por eles. Nesse sentido, pesquisas têm demonstrado que a biodiversidade biológica pode ser mais bem conservada, se aliada à proteção da diversidade cultural, esta condição é identificada em áreas protegidas com grande extensão territorial (DIEGUES, 1996).

Um estudo realizado pelo Núcleo de Apoio às Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas (NUPAUB) em 67 UC's nos estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro, isso no domínio da Mata Atlântica, demonstra que cerca de 40% das áreas que são destinadas à proteção integral apresentam moradores em seus domínios (VIANA; ADAMS; DIEGUES, 1995). Essa mesma pesquisa aponta como resultado, que a presença de boa parte dessas pessoas foi formada de veranistas que se acomodaram lá antes ou depois da criação dessas áreas naturais protegidas, seja dentro dos limites, como em seu entorno, como citam Bedim e Tubaldini (2006).

No PNLM, no litoral nordeste do estado do Maranhão (Figura 1 que apresenta o Parque e as comunidades pesquisadas), se identificam todos os conflitos pertinentes a qualquer área destinada à preservação nas quais existam comunidades tradicionais, porém, com especificidades que remontam à ocupação por migrações forçadas pela seca mais

que centenária, nesse contexto, o presente artigo tem como objeto de estudo o PNLM, localizado no litoral oriental do Estado do Maranhão, com uma dimensão de 155.000 hectares e um perímetro em torno de 270 km, abrangendo os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%). A unidade gestora responsável pela U.C. é o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade-ICMBio. Seus biomas e ecossistemas são: Mangues, Cerrado, Restingas e Dunas. As atividades desenvolvidas são: Uso Público, Fiscalização e Pesquisas e as conflitantes, segundo o Plano de Manejo são: Pesca (artesanal e industrial), Extrativismo, Corte de Manguê, Ocupação Irregular, Turismo, entre outras (ICMBio, 2004).

O Parque conta com 20 povoados inseridos em sua área, espalhados por toda a U.C., possuindo, quando dos levantamentos para a elaboração do Plano de Manejo, em torno de 1.698 pessoas e 488 residências (ICMBio, 2004). Esse quantitativo é hoje de 2.603 pessoas, segundo informação do chefe do Parque, conforme levantamento realizado para nova delimitação empreendido por ocasião de Projeto de Lei nº 465/2018 (SENADO, 2018) que visa excluir áreas.

Os povoados, segundo o Plano de Manejo (ICMBio, 2004), estão na região das Praias: Travosa, Atins, Canto do Atins, Manguê Seco e Santo Inácio. Na região das Dunas: Queimada dos Britos, Baixa Grande. Na região de Restinga: Buritizal, Betânea, Buriti Amarelo, Tratada de Cima, Tratada de Baixo, segundo visitas realizadas e com base na entrevista do chefe do Parque.

Percebendo os conflitos que se seguem por quase todas as U.C.'s é necessário qualificar a vida dos habitantes, caracterizando o modo de vida, manifestações culturais, práticas sociais, bem como entender o sentido do Lugar para esses agentes. Sendo assim, esta pesquisa poderá ser útil aos moradores e futuros pesquisadores, fundamentando novos estudos e a compreensão dos conflitos, na perspectiva da mediação e do entendimento visando a preservação da natureza e garantindo o lugar dessas comunidades. Nesse sentido, buscou-se compreender e perceber os modos de vida nas comunidades tradicionais do PNLM e sua relação com o lugar; identificar as atividades desenvolvidas no PNLM para obtenção de renda; perceber os produtos que são gerados para a subsistência e os modos de produção; qualificar-agregar por categorias, se possível, as comunidades, subsidiando ações de gestão integrada da U.C. através da identificação de como essas atividades de subsistência impactam essas áreas naturais protegidas.

Nessa busca, definiram-se, dentre as vinte, doze comunidades pertencentes ao PNLM para que se fizesse a vivência, que se deu por um período de dez anos, com uma média de pouco menos de duas e meia visitas, de quatro dias, em cada uma delas, são: Tratada de Baixo, Buriti Amarelo, Buritizal, Santo Inácio, Ponta do Manguê, Travosa e Canto do Atins, estas com média de duas visitas; Tratada de Cima, Atins, Queimada dos Britos, Baixa Grande e Bethânia, com três visitas, totalizando 29 visitas. A escolha dessas comunidades se deu, na medida em que foi possível identificar problemas relativos às atividades agropecuárias e turísticas proibidas pelas legislações vigentes e suas possíveis diferenciações quanto ao lugar vivido, também para se ter um universo significativo e diferenciado delas. Outras comunidades e núcleos habitacionais, nos quais algumas famílias residem com distâncias maiores, nas quais a vizinhança representa separação de unidades extensivas de produção de subsistência, não são aqui tratadas. As comunidades referidas aqui estão localizadas entre os municípios de Barreirinhas, Santo Amaro e em seu litoral. A pesquisa foi qualitativa e a obtenção das informações, referentes aos objetivos, deram-se por intermédio da Entrevista Semiestruturada e Observação Participante.

Para uma efetiva realização das entrevistas semiestruturadas, balizou-se na necessidade de definição do objeto, já exposto aqui, no conhecimento do contexto em que se realizou a pesquisa, visto que tais comunidades já são conhecidas desde 2008, quando dos estudos de doutoramento na Unesp de Presidente Prudente, fez-se um roteiro para a entrevista, como sugere Manzini (2004). É necessário discernimento para desvendar as informações fornecidas pelos entrevistados, tendo em vista que as pessoas, por se sentirem reféns de algumas situações, poderiam não responder às perguntas de forma sincera por medo ou represálias, ou seja, muitos entrevistados poderiam criar personagens para mascararem a sua realidade (DUARTE, 2004). As entrevistas foram transcritas logo após a realização, visando evitar respostas induzidas e para se poder reavaliar os rumos da entrevista (MANZINI, 2004), o que permitiu criar-se estratégias para as visitas subsequentes.

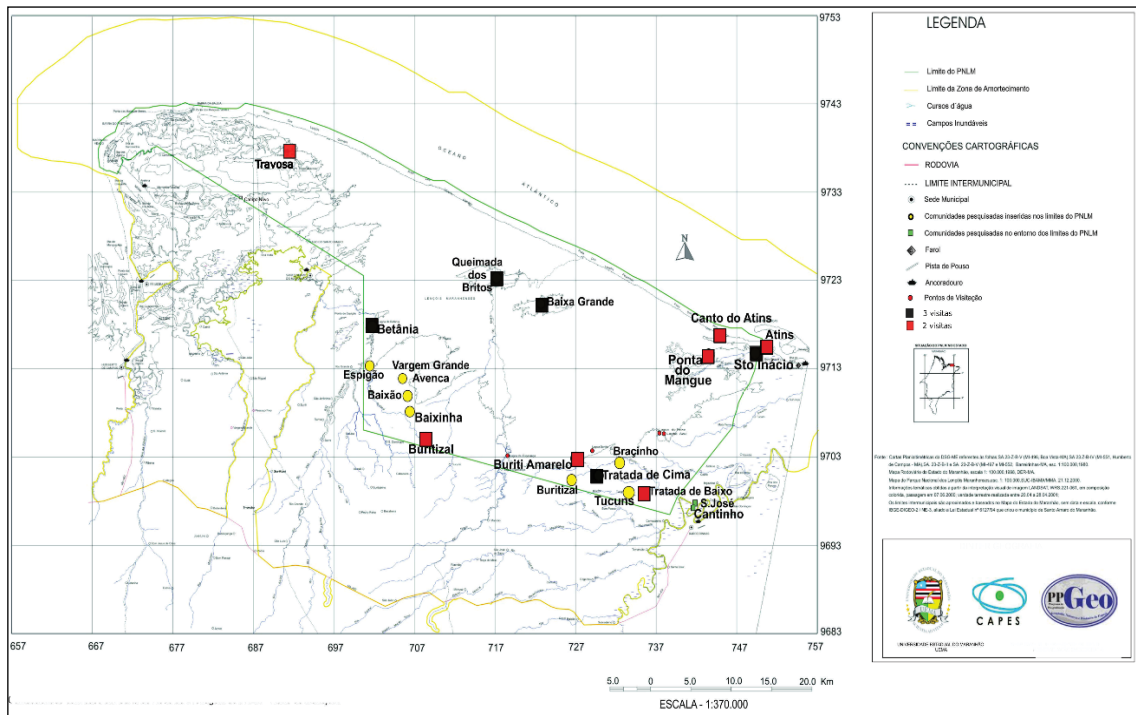


Figura 1. PNLM, comunidades visitadas.

A Observação Participante, segundo Chizzotti (1995), consiste em aprender e conhecer a comunidade por intermédio do observador, se inserindo nela, e, fazendo com que a população ganhe confiança no pesquisador. Sua vantagem é a de permitir colher informações na ocorrência dos fatos, pois ela implica, necessariamente, a participação, o pesquisador deve conviver no contexto do grupo ou cultura que está a estudar (SOARES; FERREIRA, 2006). Ao interagir e vivenciar a nova realidade social contribui-se indiretamente para modificá-la, portanto, a atenção para as regras e como elas são obedecidas dentro desse novo modo de vida foram redobradas (QUEIROZ *et al.*, 2007), uma vez que, nesses casos, em maior ou menor força, o cerceamento à consecução do lugar, pelos impedimentos legais da proteção e as influências do turismo e do novo modo de vida aceleram as mudanças desses territórios.

A observação participante realizou-se a partir (QUEIROZ *et al.*, 2007) da primeira etapa, já consolidada pela vivência anterior do pesquisador, que foi a aproximação do

grupo social, essencial para a aceitação do ‘forasteiro’. Dessa maneira, pode-se confrontar informações conjunturais encontradas em documentos, reconstituir a história do grupo e do local, obtendo-se novos elementos, como formas de atividades econômicas e tudo mais que foi útil aos problemas a serem desvelados, como atestam Soares e Ferreira (2006). O exercício da observação exigiu que o que se revelava fosse anotado imediatamente para que não houvesse perdas, após a coleta das informações também foram feitas a sistematização e organização das mesmas, em que as análises informaram a real situação do grupo estudado.

O tempo pode ser um limitante nesse tipo abordagem, uma vez que são necessárias habilidades e competências para que ele não prejudique a pesquisa, tais como: ser capaz de estabelecer relação de confiança como o sujeito, ser um bom ouvinte, ter familiaridade com as questões investigadas, ter flexibilidade para se adaptar a situações inesperadas entre outros (QUEIROZ *et al.*, 2007), o que demanda visitas cíclicas e mais longas.

COMUNIDADES DO PNLM, SIMILITUDES E DISTINÇÕES

As comunidades abarcadas pelo PNLM têm subsistência como traço comum, baseada ora mais, ora menos na agricultura, pesca e pecuária. Margem *et al.* (2008) que realizaram, através de reuniões em 13 povoados, as diferenciou entre comunidades vinculadas à paisagem, resultando em três categorias, organizadas como: das praias, da restinga e das dunas. Essa abordagem subsidiou as entrevistas e observação realizadas, permitindo apresentar-se uma diferenciação focada na relação homem-natureza, no cultural-simbólico, já que a base do território se assenta, preponderantemente, em uma dimensão naturalista do território, em que a comunidade estabelece suas práticas socioculturais e socioespaciais, segundo sua historicidade, seu tempo e contexto.

Essa diferenciação, nomeada pela principal atividade que liga o homem ao território, a subsistência, que por sua vez é a base da construção simbólica-cultural, foi definida por haver muitas características comuns à todas elas, independentemente de localização, considerando-se as nuances culturais dentro de cada grupo. Distinguiu-se em comunidades pesqueiras, agricultoras e pecuaristas, mas todas praticam as três atividades, em maior ou menor importância. Das características comuns às comunidades, a base cultural tem uma marca comum, o migrante da seca no Ceará desde o final do século XIX. Em todas as comunidades em que se pode revelar o surgimento do núcleo social os relatos indicaram essa hipótese, como relata Seu Chagas, neto de migrantes da seca:

[...] quando me intendi pur gente... nois começô intendê nossos avôs num... num... tinha mais meu avô qui quando veio do Ceará num morô aqui. Ele tava... a casa dele hoje num tem mais, as areia vieram e cubriram, era um lugar qui hoje num tem nem ninguém. Meus pais vivero lá intê qui mudaram, mais num foi pra cá, meu avô ficô. Eu qui casei co a Chaguinha e vim aqui. Minha avô... eu tinha uns 15 ano e me intendi [...] ela morreu foi de velha, cuns mais de noventa ano... Ah, isso tem mais de... uns 20... a Chaguina conheceu ela, a mulher era bruta.

Seu Chagas, que faleceu logo depois desta pesquisa, era assim chamado por haverem lhe atribuído o sobrenome da esposa, mulher importante nas lutas da comunidade da Betânia, em que o sobrenome carrega a força da primeira família a se fixar ali. Dona Sebastiana, de mais de 80 anos, relatou que seus avôs vieram “por conta de uma seca de

matá, lá no Ceará” e dos poucos lugares encontrados que se podia fixar foi a Queimada dos Britos, como os dela, os avós de Seu Cacau, da Tratada de Cima, também. Essa ocupação tardia, o isolamento por estar na parte central das dunas e as poucas famílias, pode explicar o porquê dessa localidade apresentar a maior diversidade em espécies de restinga no parque (ICMBio, 2004).

Na Ponta do Mangue, no outro extremo do parque, o leste, Seu Furtado narra que os primeiros moradores vieram do Ceará para trabalhar como vaqueiros, já que a seca castigava no sertão, sendo todos parentes entre si, na Santo Inácio, o primeiro núcleo ocorreu no mesmo período por integrantes das mesmas famílias. Margem *et al.* (2008) encontrou sobrenomes iguais na Ponta do Mangue e em Santo Inácio. Margem *et al.* (2008, p. 26) comentam sobre essa questão, já em 2008, que:

[...] o início do povoamento da região se deu com a chegada do Sr. Lázaro Garcia (bisavô do avô do Sr. Domingos), sua esposa e 2 capangas que “matavam quem passava”. Todos eram advindos do Ceará. O Sr. Domingos Garcia conta que toda área de Baixa Grande era do Sr. Lázaro, criador de animais e pescador.

O aspecto da crença une-as pelo catolicismo que se apresenta com templos edificadas no Atins e na Ponta do Mangue, nas outras, os cultos ocorrem regularmente na casa de algum morador. Na Betânia a igreja ruiu, passando a escola a ser o abrigo da fé. Os grupos católicos têm um papel agregador das forças que mantêm o território, manifesto pelos conselheiros paroquiais, responsáveis pelas reuniões e interlocução dos conflitos sociais. Essa importância pode ser percebida pelo nome da Betânia, atribuído pelo padre que lá realizava a missas mensais. A igreja adventista está presente nas comunidades de Betânia, Buritizal e Atins, através de reuniões em casa de moradores.

As manifestações culturais estão intimamente ligadas à religião, como o São João e São Pedro em Atins, Santo Inácio, Buritizal e Betânia; Santa Luzia na Queimada dos Britos e Santo Inácio; Nossa Senhora da Conceição na Ponta do Mangue, Santa Maria, Nonato Galo, em Buritizal e o Natal e as novenas em todas elas. Essas festividades mobilizam todos das comunidades, até mesmo os das igrejas adventistas, dando-lhes um caráter íntimo de identidade coletiva, mais que religioso. O bumba boi, típico do Estado do Maranhão, é pouco presente, quando existe, vincula-se ao ensino formal, como em Santo Inácio, abriga-se nas atividades juninas, na escola de ensino fundamental.

No que tange à saúde, o vínculo permanente com a natureza apresenta-se associado à fé, ainda está presente o uso de ervas, raízes, frutos e flores na farmacopeia local, sempre associados às rezas, havendo em qualquer das comunidades visitadas, ao menos uma pessoa detentora do conhecimento das diversas possibilidades proporcionadas por esses elementos, sejam cultivados nos quintais ou extraídos diretamente na restinga. Em alguns casos quem detém essa função também se responsabiliza pelos partos. Dona Dedé, antiga moradora da Queimada Grande, foi quem durante dezenas de anos cumpriu esse papel na comunidade, passando seus conhecimentos para novas pessoas que hoje realizam essa tarefa. Ela comenta:

Num tem receita nenhuma assim de medicamento... eu num tenho... usa di erva que a gente planta e qui arruma no mato, o mais a gente planta mesmo.

Quanto ao serviço de parteira:

Nasce di pé, um di bunda, nasce um di braço e nasce os outro todos di cabeça, cada qual a gente tá tomando aquela expricação [perguntada o que quis dizer com explicação] Cada um se exprica, é gente que tem cada um o jeito de nasce, a gente tem que intende, eles se exprica, intende?!

Apesar do conhecimento ancestral e da fé, essa prática tem se tornado menos presente, em certos casos nula, como nas Tratadas de Baixo e de Cima, forçosamente pela mudança cultural, presença da assistência pela medicina. Hoje, poucos são os partos realizados pelas benzedeiças, que ocorrem ainda, pela mercê do transporte para as cidades, que tem como empecilho as precárias estradas ou o demorado deslocamento pelos rios.

O calor que aquece os chás, os unguentos, o leite, faz a comida e desidrata a farinha é fornecido pela madeira e pelo carvão da restinga, em geral, dos galhos roçados para a lavoura. O aproveitamento do carvão na cozinha é feito em um braseiro sob as panelas, as quais se encaixam em um cone moldado no barro, por onde o calor sobe (Figura 2). A obtenção do carvão nem sempre é suficiente para todo o período do ano, tornando-o uma mercadoria de troca por peixe, carne e farinha.

Nas comunidades cujo elemento água é predominante, o barco à vela (Figura 2), hoje ajudado por um pequeno motor à gasolina, transporta os pescadores à foz dos rios para o uso da rede de espera e de lança a praia, redes de arrasto (caçoeira) puxadas na área de arrebentação das ondas é o utensílio utilizado. Nas quais pesca é acessória, a utilização das redes é também importante, utilizada no rio e nas lagoas, fazem uso também das armadilhas.

O resultado da pesca é transportado em cofos, que são sacolas trançadas em folha de palmeiras buriti, babaçu ou carnaúba. Nas comunidades das praias, como na Ponta do Mangue, Atins, Canto do Atins e Santo Inácio, nos meses mais chuvosos e de menor abundância de pescado, os pescadores navegam até um abrigo provisório feito de madeira coberto por palha, permanecendo ali até 5 dias (Figura 2).



Fogão a carvão



Pescadores da Ponta do Mangue



Pescador José Domingos tecendo cofo, no cajueiro, a rede a secar.



Reza após parto realizado por Dona Dedé – Queimada Grande.

Fonte: MAJESTADES ANÔNIMAS, 2009.



Abrigo temporário utilizado nos períodos de chuva, rio Preguiças, Atins.

Fontes: Castro, 2021.

Figura 2. Elementos constitutivos do lugar comunitário no PNLM.

Essa prática é necessária para obtenção de porção suficiente de alimento, a construção de abrigo precário se justifica pela alteração que se dá na geomorfologia das dunas, que muitas vezes soterra o local. Todos os petrechos da pesca são confeccionados pelos moradores de forma artesanal. Na Travosa a pesca tem já um caráter comercial, havendo uma alteração nessas dinâmicas culturais de subsistência.

A pesca, pela produção de excedente, pela presença no cotidiano alimentar e por ser o principal elemento da alimentação durante o ano, é o que pode diferenciar algumas comunidades do PNLM. O produto da pesca artesanal só gera excedentes no período estival que, na porção oriental é vendido fresco na cidade de Barreirinhas, principalmente, e também para os restaurantes de Caburé e Atins, quando de alta demanda turística. Na porção ocidental, o excedente destina-se à salga, uma vez que a pesca se realiza ciclicamente, muitas vezes obrigadas por caminhadas extenuantes nas dunas, como na Queimada dos Britos e Baixa Grande. Uma parcela do peixe é salgada e guardada para consumo na comunidade e trocada por outros produtos como sal, farinha, tapioca e carne com as comunidades cuja base alicerça-se mais na agricultura e pecuária.

Nas comunidades pesqueiras, a agricultura não deixa de existir, ela ocorre nos quintais das casas e tem maior diversidade, contando com maxixe, couve, melancia, abóbora, quiabo, ervas e frutas como o limão, a laranja, manga e ata. Aqui a macaxeira (mandioca) é menos expressiva, ao contrário das comunidades agricultoras, as que se situam no interior, longe do mar, a praticam como base primordial de subsistência. A pesca para essas comunidades, tem maior ou menor presença a depender de sua proximidade com um rio de significativo volume, como o Preguiças, na porção oriental e o Grande, na ocidental.

O roçado tem um caráter familiar, com uso da roça de toco ou coivara, quando áreas novas e maiores são praticadas, o trabalho é coletivo e em certa medida uso da terra também. Uma característica distinta nas comunidades agricultoras é a propriedade da terra, ela tem, segundo Mazé, da Tratada de Baixo, o “dono da terra é quem abriu o roçado e formou o lugar [...] mesmo sem o caju”. O caju foi desde o início da ocupação, uma produção alternativa para o período de “crescimento do mato para alimentar o chão” (Josias, da Tratada de Cima).

Castro (2012) atesta sobre a prática da agricultura:

restinga é roçada no início do período estival e os troncos servem para cercar a área, quando pequena. Depois de seca, é queimada, assim que se iniciam as chuvas planta-se o milho, a mandioca, o arroz, o feijão, sempre entremeados por maxixe, abóbora e quiabo. Ao se plantar o primeiro roçado, planta-se o caju. Durante 2 ou 3 anos a terra é utilizada para a lavoura, depois fica o cajual, que produz já no segundo ano. A sua função é acelerar a reconstituição arbórea, mais lenta se naturalmente e servir para a comercialização das castanhas. A recomposição do solo leva de 20 a 30 anos, dependendo de sua textura, mais ou menos arenosa. Nesse período a obtenção das castanhas é uma alternativa de renda (CASTRO, 2012, p. 207).

A produção da castanha varia de 20 a 50 sacas de 50Kg por família/ano, como atestaram Margem *et al.* (2008) relatando uma produção que ultrapassa 40 e 20 toneladas, denotando ser a comercialização das castanhas uma alternativa de renda, senão a única. O aumento de área plantada com caju vem causando maior remoção da restinga, conseqüentemente, aumentando o conflito entre a proteção e a subsistência.

A mandioca e a melancia são plantadas na seca, é a roça de São Miguel, de uso familiar e trocas. A mandioca é a base do fabrico em casas de farinha rudimentares com trabalho coletivo (Figura 3).



Fonte: Castro, 2021. A partir de Noroeste da Imagem: Tratada de Cima; Tapiti; massa saída do Tapiti; torra da farinha na Betânia. Abaixo, Tecelã Dadá, da comunidade Tratada de Baixo.

Figura 3. Produção de farinha e artesanato de palha nas comunidades do PNLM.

Essas foram majoritariamente comunitárias, mas vem tornando-se particulares, propriedade do dono da área onde ela está instalada, funcionando por aluguel cobrado em partes de 1 para 10 da produção da farinha. A farinha serve ao consumo das famílias e para a troca por peixe, carne e sal, pouco excedente é vendido.

O artesanato, antes de produção utilitária, tem aumentado pelas mãos quase que exclusivamente das mulheres para comercialização aos visitantes dos Lençóis. Trançando a palha das folhas de Buriti e Carnaúba, essas mãos criam bolsas, chapéus, bonés, tapetes, caminhos e toalhas de mesa, molduras para quadros.

A implantação da política de proteção do Parque tem limitado a prática da agricultura, que, mesmo com uma precária fiscalização, tem pressionado as famílias a manterem apenas uma pequena quantidade de linhas de cultivo. A linha é uma medida atribuída não só à área plantada, mas associa o esforço necessário empreendido por uma família em sua subsistência, por isso, subjetiva e conjunturalmente variável. Curioso é a relação de poder imposta pelo Parque, que, mesmo não havendo por parte dos entrevistados uma precisão de quando ou quem ou que documento fixa essa norma, acabam por tentar segui-la, não o fazendo, muitas vezes, por não conseguirem sustento com apenas isso. Os relatos desembocam, em todos os casos, no vínculo ao informe dado pelo Parque à associação de que fazem parte.

As três linhas são plantadas em apenas três áreas rotacionais por até seis anos cada, porém, o manejo da agricultura na restinga ocorre a cada três anos, e retorno a cada vinte, ou seja, o cerceamento ao lugar comunitário de base agrícola se dá pela exaustão do solo que não se renova, ou pelos nos escassos doze anos de retorno à área abandonada para produção de biomassa (indicado pelo Parque), defasado em oito anos, ou o mais provável, pela exaustão de retorno em seis anos (pela prática tradicional), defasados quatorze anos da produção de biomassa. Os três chefes do PNLN que se sucederam foram entrevistados e igualmente não souberam precisar quando isso foi acordado, e não há documentação nos arquivos que oficialize essas normas.

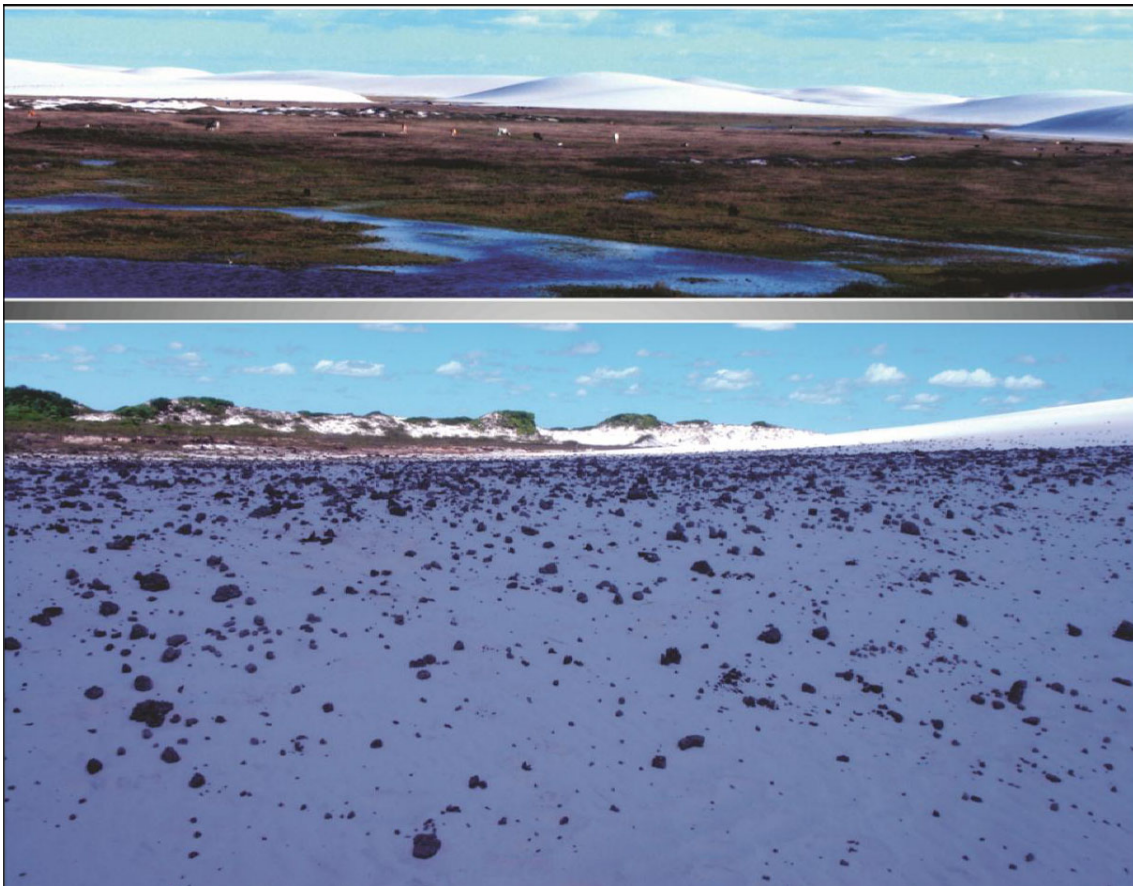
As associações citadas nas entrevistas têm diversificadas representatividades, quase sempre a participação ativa dos associados não ocorre, como já constataram Margem *et al.* (2008, p. 14), elas “[...] existem como entidades formalizadas, porém poucas funcionam efetivamente”. Em algumas comunidades elas representam os moradores, como na Ponta do Mangue, Atins, Santo Inácio, Queimada dos Britos, Betânia, Buritizal e Queimada Grande, em outras, os produtores, como os criadores de abelhas na Ponta do Mangue, mas nas de caráter não pesqueiro, sejam agricultoras ou pecuárias elas estão presentes. A colônia dos pescadores é a associação que mais cumpre esse papel nas pesqueiras.

A principal e mais importante, porém, é a associação funerária. Em todas as comunidades visitadas há uma.

Nelas o associado contribui com uma quantia e, com o falecimento, a associação cobre os custos dos serviços como transporte, para as comunidades desprovidas de cemitério, caixão, custas de petrechos para o velório e sepultamento. Esta associação não foi citada como tendo um caráter representativo, seu funcionamento atende a uma necessidade de manutenção da cultura comunitária de reunir os que possam comparecer ao velório, onde as conversas, a bebida e a comida marcam a ‘passagem’ do falecido (CASTRO, 2012, p. 210).

Nas comunidades cuja criação pecuária é mais presente, a cultura como resultado de uma relação direta com a natureza carrega-se dessa relação. Localizadas na restinga interior dos Lençóis, nelas os casamentos, os partos, os medicamentos, as relações sociais por trabalho coletivo se apresentam como uma regra, os ritmos e os tempos do inverno-chuva, verão-seca/estiagem são também muito presentes. A Baixa Grande e a Queimada dos Britos são as que têm um lugar no qual o cotidiano da pecuária está mais presente. Nas outras ela ocorre, como a agricultura e a pesca, todas se entrelaçando e cada uma mais definidora do lugar a depender da natureza na qual se insere.

A pecuária, e especialmente os bovinos, servem além de ao consumo à comercialização; os caprinos e ovinos dividem o espaço com a função maior de alimento comunitário, mas também para serem comercializados. Unicamente, para o consumo das comunidades e trocas entre as famílias é a criação de porcos. Essa atividade é comum aos pecuaristas e aos agricultores ocorrendo pouco entre os pescadores. Os animais ficam soltos nas áreas próximas às casas, chafurdando os locais à beira d'água e o solo da restinga até a idade de serem cercados para engordar e servirem como alimento. Para diferenciar sua posse, eles são marcados por cortes na orelha.



Fonte: Castro, 2021. Bovinos e caprinos pastando nas lagoas, abaixo fezes acumuladas na entrada da Queimada dos Britos, local de pouso dos animais.

Figura 4. Pecuária no PNLM.

Essas comunidades alicerçadas na pecuária também praticam a pesca artesanal na praia e nas lagoas, respectivamente por caminhadas pelas dunas com permanência eventual por mais de um dia e realizadas no início da vazante, em junho e julho, já nas lagoas que recebem água do Rio Negro ela ocorre a partir de setembro.

Uma alternativa à geração da renda trazida pelo turismo, além do artesanato, tem sido a oferta de serviços. Dona Joana e o marido, Seu Neto, abrigam para pernoite os que atravessam os Lençóis em caminhadas de três dias ou mais, e ali na Queimada dos Britos param para vivenciar a comunidade e se alimentar. Essa atividade vem criando nova relação entre as famílias, uma vez que a principal refeição é a galinha, cozida em panela aquecida por carvão e servida na tradicional galinhada, outrora para consumo próprio, agora produto de um mercado multifamiliar-comunitário e, desigual. A procura por carvão e pela galinha de ‘terreiro’ tornou-se muito grande e as demais famílias passaram a ofertar, porém, pela concentração da renda por uma das famílias, há uma coordenação de preços ditada pela Dona Joana, que é vista diferenciadamente pelos demais. Margem *et al.* (2008, p. 30) já se deparam com essa situação que à época se renunciava e que já se configurava como conflito, para os autores que atestam que a “situação tem gerado um conflito entre os moradores, que se referem ao Seu Neto e Dona Joana como os ‘ricos’ da comunidade”.

O ENTRELACEMENTO DO COMUNITÁRIO, A PRESERVAÇÃO E AS MUDANÇAS

A efetivação da política de preservação imposta aos territórios comunitários trouxe consigo novos limites à subsistência que não a natureza, sem que novas soluções ao cerceamento da reprodução do lugar fossem apresentadas. O que outrora representava uma natureza coletiva, mantenedora da vida, passou a ser segregada pelo viés da vida não humana, de uma natureza sem os grupos humanos ali estabelecidos. O PNML ao mesmo tempo que impôs a aplicação dos preceitos da Política Nacional de U.C.’s, representada pelo SNUC (CNRBMA, 2002; MMA, 2004), criou em seu Plano de Manejo (ICMBio, 2004) áreas destinadas à contemplação da natureza preservada, incentivando o turismo, contribuindo para alterações no lugar comunitário.

A relação dessas comunidades com ICMBio tem gerado conflitos no cotidiano comunitário, como atestam os moradores. Ao discorrerem sobre o que mudou em suas vidas desde a implantação do Parque, muitos moradores falaram que foram prejudicados, pois antes era possível a criação de animais e o roçado sem restrições. Como exemplo desses problemas, podemos evidenciar a fala da senhora Maria, da comunidade Bracinho, entrevistada quando em visita a parentes na Buriti Amarelo:

Piorou, somos proibidos de criar animais, de bota roça, de construir uma casa prus filho, de tirá a palha para colocar nas nossas casas, como se pode viver assim? E ainda tem a energia que chega num lugar e otros não.

Os espaços agrícolas iniciam um processo de esvaziamento da população mais jovem, conseqüentemente, há um vínculo das atividades tradicionais serem encaradas como atraso, assim afirma Josias, da Tratada de Cima, “do tempo do ronca [coisa antiga, atrasada]. Eu ainda vivo cum ele [pai], mas tou sempre aqui cuidando das coisa na Tratada e no São José onde tem roçado co parente, o tio. Se arrumá uma coisa em Barreirinhas eu

vô... já fui, mas é muito diferente, acabei ficando cô pai”. É evidente haver ainda o território comunitário como a identidade desse interlocutor, expressando o conflito de buscar um lugar nesse novo contexto, mas mantendo-se intimamente nos valores comunitários. Isto é fato também nos discursos repetidos dos ‘filhos que querem voltar’ mas não há espaço nem se pode construir um lugar.

A agricultura tem sido insuficiente à manutenção da subsistência, pela imposição de normas que limitam sua prática. Lirô, que mantém comércio no Cantinho e atende a maior parte das famílias da área do caminho para as lagoas, diz que o respeito ao plantio de 3 linhas ocorre há mais de 15 anos, antes o mato engrossava e as árvores serviam até para erguer casas, o retorno ele diz que ‘Demorava 20... até mais’ anos. Relata que hoje se tem que “queimá as parcela de uns 8... 10 ano, num forma mato, que demora, acaba ficando sem a roça”. Argumenta que deixar o caju e plantar onde conseguir é a alternativa, apesar de render pouco, não dá trabalho, é só espalhar as castanhas e o mato ‘enche de cajuro’.

Não só os modos de produção da subsistência pela agricultura são limitados, mas no espaço que serve como base a ela, a atividade de obtenção de castanhas, outrora uma forma de produção agregada ao tempo de recomposição da restinga para a rotação da roça, transformase em alternativa. Considerando-se o que narra Cabidêu, que tangia o gado próximo à Lagoa do Peixe: “hoje tem gente que vende a castanha até prá comprá a farinha, que a terra num produz nem a mandioca. Sê vê aqui lá Grande [Baixa Grande], no Achuí, no Bom Jardim, pus lado daqui, tem só caju, até onde eles num planta tão plantando caju”, conclui-se que a agricultura como base da subsistência e do universo territorial tem se alterado, por outro lado, no território de proteção da natureza, o aumento de cajuais, altera a composição da restinga.

O turismo tem contribuído na aceleração dessas mudanças, na porção oriental, a Atins, que tem maior inserção no turismo, apresentou unanimemente o desejo de mudança para um modelo de vida focado no modelo que vem se apresentando com a nova atividade, apesar de carregar a identidade pesqueira. Nenhum dos entrevistados se contrapôs ao turismo, apesar de haver pressão imobiliária sobre seus terrenos. Pode-se perceber a concepção de convívio entre os modos tradicionais de vida e o turismo, este como ‘tábua de salvação’ à geração de renda. As novas necessidades advindas do modo mais dinâmico que se impõem, cria inexoravelmente a necessidade da renda, que não se consegue pela tradicionalidade da pesca, já que o pescado vem diminuindo na praia e os ferramentais de sua pesca não permitem que se navegue em águas mais profundas.

Ali também, as outras comunidades mantêm maior vínculo com o simbólico e a natureza, a Ponta do Mangue se posiciona contra as visitas turísticas. Mantêm a simpatia pela visita que se lhes façam, mas não desejam que isso se torne frequente ou que sejam entendidos como uma atração turística. As soluções à geração de renda estão ligadas ao modo de vida, como a criação de abelhas nativas, o fortalecimento da colônia de pescadores, novas formas de plantio que usa cada vez menos o fogo e a criação de um grupo de mulheres para a produção de artesanato e doces.

Na Tratada de Cima, Seu Cacau fala da atração exercida pelo turismo e sua influência sobre os mais jovens: “...eles querem sê igual [os turistas, os moradores da cidade] e acaba que vão imhora. Vão sê guia, cuidá de posada, lavá prato, chão! Ninguém num qué sabê da roça, do gado, di pescá”. Ao mesmo tempo o turismo não pode ser realizado pelas comunidades, por estarem no interior do Parque, nas palavras dele: “não podemo fazê uma posada aqui, nem servi comida, qui eles diz que é restaurante, ai não tem jeito, os pequeno [jovens] não fica. E se fica num tem onde pô, nem construí pode, tem que arrumá o barro prá num entrá água e continuá a vida”.

O turismo, como demonstrou Ruschmann (1997), altera profundamente as características socioculturais das comunidades locais. O caráter mercantil atribuído às manifestações culturais e ao modo de vida dos moradores locais se reflete, entre outras coisas, na descaracterização dos costumes tradicionais e na modificação dos seus desejos e hábitos (efeito demonstração). Nesse sentido, Serpa (2002, p. 172) afirma que: “[...] o turismo faz com que as populações locais reinventem seu cotidiano, e, nessa reinvenção a lógica da indústria turística se sobrepõe às tradições locais e à própria identidade da comunidade”.

Consequência dessas alterações no cotidiano indicaram novos hábitos alimentares, de vestimenta, de utensílios domésticos, de trabalho e de transporte. As comunidades com menores alterações são as pecuaristas. Nas pesqueiras a introdução do motor de popa é o fato mais notório dessa transformação, nas agricultoras, o uso de trator. Na cozinha há maior diversidade de utensílios, fogão a gás e alimentos comprados em mercados. A troca de produtos da subsistência tem diminuído. Nas comunidades onde há energia elétrica a cozinha conta com liquidificador e a televisão recebe sinal por antena parabólica, que poucos têm, mas possui-la é objetivo de todos. A aquisição se dá com recursos dos programas de transferência de renda, com a venda dos produtos da subsistência ou por diárias de serviços prestados.

A concepção quanto à melhoria do modo de vida foi quase que unanimemente positiva. Os relatos indicam que as maiores contribuições para isso se devem à maior possibilidade de obtenção de bens de consumo, à diversificação e facilidade em obtenção dos alimentos, à possibilidade de venda dos produtos com valor que antes não se atribuía aos produtos da subsistência, ao dinamismo que o espaço passou a ter, à melhoria do transporte das pessoas e dos produtos. Os que declararam que hoje as coisas não estão melhores, não afirmaram que estejam piores, contextualizaram as mudanças, vinculando sua análise às perdas das identidades, como disse Seu Jô, pai de Josias, da Tratada de Cima: “hoje tem muita facilidade, i e voltá na cidade di Toyota i di quadriciclo, ajeitá a terra com trator... tem emprego até... é qui tudo precisa di dinheiro i isso divia di vim sem levá nosso jeito, qui tá mudando, tá ficando as pessoa diferente”.

Antes de discorre-se sobre as sugestões quanto ao convívio com a proteção, que se apresentaram em muitas das conversas, apresenta-se o resultado das falas quanto à religiosidade. Ela vem deixando de ser a agregadora social, já que as festas tradicionais têm se tornado uma ‘obrigação’ (Mazé, da Tratada de Baixo) ou como disse Dona Chagas, da Betânia: “Ah...! A Santa Maria que reza no Buritizal dos Filipe já foi boa... ainda tem, vai muita gente. Hoje as pessoas qué a festa, a bebida, toda tem que tê, senão num tem quem vá, não querem devotá, como si num precisasse, se num carecesse cuidá d’alma”. Comentando sobre a igreja, já que estavam rezando na casa de uma moradora que também serve à escola: “[...] a igreja caiu e só os velho prá arrumá, num há meio, que hoje carece de dinheiro, antes juntava uns dia e pronto, tava em pé”.

Na perspectiva das comunidades, proposições de soluções à convivência com o território de proteção do Parque demonstraram um sentido de irreversibilidade do caráter protecionista da política imposta que foi dividido em duas vertentes. A primeira, presente nas entrevistas das pessoas cuja vivência se dá quase exclusivamente nos modos tradicionais, cujo contato com novas dinâmicas ligadas ao turismo e às cidades é menor, pensa no território vivido como sendo expropriado de si, ‘tomado’ por uma força alheia, e pouco veio sugerir como propositivo à convivência, senão manterem a possibilidade de reprodução de seu território sem as limitações a isso.

Nas comunidades mais ligadas a essa categoria - Ponta do Mangue, Buriti Amarelo, Tratada de Cima, Queimada dos Britos, Baixa Grande e Queimada Grande - as proposições

foram mais um anseio, um protesto, do que propriamente caminhos à convivência. As contribuições para a convivência foram: permissão ao plantio determinado pela comunidade, possibilidade de construção de benfeitorias e novas moradias, instalação de energia elétrica e exclusão da área de reprodução de seu território do parque.

Na segunda categoria associada às outras comunidades cuja vivência com o turismo e as cidades é maior, as proposições como na primeira foram recorrentes. Ali outras sugestões surgiram: empreender projetos de capacitação para o turismo, artesanato, projetos de melhoria da agricultura, da pesca, possibilidade de construção de infraestrutura que permita a visitação, implementação ou a permissão ao uso turístico de atrativos fora do Plano de Manejo que estejam próximos à comunidade, permissão à construção e melhoria das moradias e estradas.

Ultima-se esse entrelaçamento com uma questão fundante colocada nas conversas, quando possível: o que pensam sobre a possibilidade de mudar-se para outra área. As respostas indicam o grau do vínculo ao território, que se destacam em três categorias. Uma em que prevalece a identidade vinculada intimamente ao simbólico e natureza, cujas mudanças provocadas por novos contextos são pensadas como ‘outro lugar’, pertencentes a outras pessoas e que não lhes serve. Nessa categoria não se cogita qualquer alteração no território vivido, nem que ele possa se reproduzir em outra área. Seu Francisco, da Ponta do Mangue, diz sobre mudar: “que eu que nasci, me criei aqui, meu pai, minha mãe, tudo são filho daqui, i a vida ... num há jeito de sê de outro jeito”. José Rodrigues, da Buritizal declarou “*Não saio daqui por que gosto daqui. Aqui foi onde me criei, onde cresci, onde meus filhos cresceram.*”

A segunda tem o sentido de pertencimento, tem sentido igual à primeira no que se refere à identidade, não se vinculam, porém, com a imobilidade do espaço e do território. Suas respostas indicam não se desvincularem de seu ‘lugar’, mas declaram que as mudanças são inevitáveis no que se refere à manutenção dos simbolismos e dos vínculos com a natureza. As mudanças declaradas por esse grupo se manifestam por uma inelutável força, mas vinculam-na a um espaço possível de manterem-se as identidades, como declara João Santos, do Atins:

O mundo não é parado, com meus pais era diferente, mais duro, mais num mudou muito. Sê vê as coisas mudando muito hoje, antes era mais diferente, as pessoas... os filho fazia o que os pai fazia, a gente aprendia como fazê as rede, os barco, a caça, o peixe e arrumava um jeito mais certo de fazê. As pessoas entendia todas as pessoas, trocava farinha por peixe, arrumava carvão quando o inverno [estação chuvosa] castigava uns e os outro ajudava, trazia peixe e quem num caçava emprestava. Ai, agora, num sei, se mudá as coisas a gente deixa de sê o que a gente somos. Mudá vai mudá... Num pode é deixa de sê gente daqui.

A terceira considera-se parte do comunitário, porém, declara-se passível de mudar sob condições de melhoria da qualidade de vida, qual seja: emprego, possibilidade de estudos, melhoria no atendimento à saúde, segurança, custo de vida baixo e garantia de manutenção do modo de vida dos que se vinculam intimamente ao lugar. As considerações quanto às garantias de manutenção das identidades das categorias anteriores foi uma constante nesse grupo, como declara Wilson Chagas, morador da Betânia que cursou o ensino médio em Santo Amaro e guiou-nos na comunidade:

Meus pais moram aqui, meus avós, os pais deles. Eu me formei, agora quero ficar aqui... trabalho de guia de turismo. Meus irmãos tão estudando, 2 tão estudando, os outros tão aqui, pescando, cuidando dos porco, dos bode, dos carneiro. Falta tudo aqui, mas somos todos gente daqui. Tem uns que mudaram para Santo Amaro e até São Luís, mas sempre tão aqui, é que não tem nem telefone, que o celular pega ruim aqui. Ninguém que sai daqui, até os que foram mora fora. A gente que fica que vive aqui. Se for mudá tem que mantê como as coisas são ainda. Tem que tê melhoria... água boa, que a gente tem que puxá na bomba, sê sabe. Arrumá as ruas, pode ajeitá a casa, construi uma casa boa, que o Ibama não deixa, mas agente faiz. A gente tem um agente de saúde, devia de tê um posto com médico, um lugar prá fazê a compra, que tem que comprá em Santo Amaro... e a estrada, tem que arrumá que no inverno não passa e pela duna é ruim, só os turista que aluga toyota. [pausa] Ah, prá mudar tem que tê um lugar igual que seja melhor, com a água, uma estrada boa, luz, um médico, um mercado bom... mas tem que sê igual aqui.

De modo geral, revelaram que a representação do território de proteção da natureza, empreendida com a implantação do parque, é vista como um impedimento aos ritmos cotidianos de reprodução do lugar, o que pode culminar em alterações incertas. Quanto ao sentido das mudanças que vieram com o turismo e o dinamismo, como o aumento no fluxo de pessoas que visitavam os lugares, o acesso ao transporte que os conduzem à cidade e a criação de novas estradas, aparecem sentidos de contraponto, de aceitação sem que se desvincule do lugar e até de mudanças. Ficou patente que identificam o lugar como parte de suas vidas e que se houver a necessidade de mudarem-se – previsto pela lei – haverá a perda de algo muito importante para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica patente que no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por tratar-se área de proteção integral, há inúmeros conflitos pertinentes a uma área destinada a preservação que possui populações seculares em sua área, entendidas como “grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seus modos de vida” (DIEGUES, 1999).

As alterações do espaço onde se desenvolvem as territorialidades do lugar comunitário engendraram uma percepção geral de uma limitação à reprodução da vida diretamente relacionada às imposições de preservação. Nesse sentido, até mesmo a manutenção da moradia, pelo impedimento à extração de madeira, tem contribuído, uma vez que, feitas de taipa de mão ou adobe, necessitam dela, a madeira, para o telhado, as paredes e os esteios. A madeira para carvão, tão importante para a cozinha, obtida na queima da restinga para plantio, tem menor produção, por causa da rotação em parcelas retomadas em tempos curtos e por ser ilegal. O sustento da lavoura tem menor capacidade de suportar a família, pelo mesmo motivo do parcelamento em três linhas e três glebas para rotação.

O turismo, atividade quase sempre empreendida quando uma paisagem natural tem atratividade cênica, também por estar contemplada no Plano de Manejo, alterou o cotidiano das comunidades, mais perceptivelmente nas da porção oriental, nas quais trafegam os automóveis com turistas que visitam as lagoas e na foz do rio Preguiças, mas também tem acelerado mudanças na ocidental.

O cerceamento à reprodução da subsistência e a visitação turística, com todas as suas demandas a serem ofertadas, têm imposto um contexto no qual a produção de subsistência não supre as necessidades básicas de manutenção desse lugar comunitário construído em ritmos mais lentos, que, associada ao novo, representado pelo turismo, pela necessidade de renda e pelas novas oportunidades de renda, produtos de consumo, relações sociais focadas na renda-salário, aceleram as mudanças.

Dessa maneira, os impedimentos da proteção legal, por si só, não se isolam na alteração da reprodução do lugar comunitário, que pela ineficácia da gestão poderia, ainda, alterar menos significativamente esse fazer-se comunitário. A constituição da U.C. de proteção integral traz consigo o uso público, que engendra no espaço o novo lugar, o da modernidade, dos produtos não locais, de mercado, novas necessidades e desejos, os quais não poderiam ser supridos pelo lugar consolidado nos parâmetros de subsistência nessa natureza, senão ali existiria, já, outro lugar.

Os conflitos existentes no PNLM podem ser divididos entre as regiões de restinga, dunas e praias, em uma escala macro, mas não fogem à relação de existência de identidades temporais e territórios de escalas distintas: de um lado, as comunidades, de outro, a necessidade universal de manterem-se preservados espaços de biodiversidade.

REFERÊNCIAS

- BEDIM, B. P.; TUBALDINI, M. A. S. Turismo e populações rurais do entorno de unidades de conservação: dilemas socioambientais entre diferentes formas de apropriação do território. **Ciência & Tecnologia**, Rio Claro (SP): OLAM, v. 6, n. 2, p. 356-376, 2006.
- BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço para definir. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 22, p. 65-72, 2007.
- BRASIL. Lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002.
- CASTRO, C. E. de. **A política nacional de proteção da natureza e seus desdobramentos no território do parque nacional dos lençóis maranhenses**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- CHIZZOTTI A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.
- CLAVAL, P. **The cultural geography**. Florianópolis: UFSC, 1999.
- CNRBMA. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Sistema nacional de unidades de conservação**: Lei 9.985. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: CNRBMA, 2002.
- COMERFORD, J. Comunidade rural. In: MOTTA, M. (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.112-120
- CORRÊA, R. L. Espaço: conceito chave da geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.
- CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013.
- DIEGUES, A. C. **Biodiversity and traditional community of Brazil**. São Paulo. NUPAUB-USP-PROBIO-MMA/CNPq. 1999.
- DIEGUES, A. C. **The human populations in protect natural area of Atlantic Forest**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.
- DIEGUES, A. C. **The modern myth of untouched nature**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DIEGUES, A. C. The natural protect area, tourism and the traditional populations. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (orgs.). **Trip to nature: cultural and environmental**

- tourism. Campinas: Papirus, 1997. p. 85-102.
- DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba: UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004.
- ICMBio. **Plano de manejo**: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas: Ibama, 2004. 1 CD. paginação irregular.
- ISNAR, H. **O espaço geográfico**. Coimbra, Amedina, 1982.
- MAJESTADES Anônimas: Areia dos Lençóis. Produção: A. P. Guimarães e J. Bueno Júnior. Santo Amaro do Maranhão, 2009, DVD.
- MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Anais. 2004, Bauru: USC, 2004. CD-ROOM..
- MARGEM, C. B.; LUGARINE, C.; CAMARGOS, A. C. M.; OLIVEIRA, M. R. F. P. **Report**: environmental and social diagnosis of 13 villages included within the limits of the Lençóis Maranhenses National Park. Barreirinhas-MA: IBAMA, 2008.
- MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SUNC. **Convenção sobre diversidade biológica**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade/convencao-sobre-diversidade-biologica>. Acesso em: 11 dez. 2020.
- MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SUNC. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**, Decreto nº 4.340 de agosto de 2002. 5.ed. Brasília: MMA/SBF, 2004.
- MORAN, E.F. **The human ecology of populations of Amazonia**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicação na área da saúde. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro: Editora UERJ, v. 2, n. 15. p. 276-283, 2007.
- RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SENADO. **Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018**. Autoria, Senador Roberto Rocha. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/134725>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- SERPA, A. A paisagem periférica. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.
- SILVA, H. P. Saúde, conflitos ambientais e inclusão social: dinâmicas sócio-ecológicas em unidades de conservação na Amazônia e na Mata Atlântica. In: IRVING, M. de A. (org.). **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 157-168.
- SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reservas na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.
- SOARES, L. Q.; FERREIRA, M. C. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. **Psicologia**. Florianópolis, v. 6, p. 85-110, 2006.
- TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.
- TUAN, Yi Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S.; OLSSON, G. (eds.) **Interregional Linkages**. Bekerly, University of California Press, 1979. p. 1-12.
- VIANA, L.; ADAMS, C. & DIEGUES, A.C. **Conflitos entre populações humanas e áreas protegidas na Mata Atlântica**. São Paulo: Nupaub/USP, 1995.